

O texto desmaterializado: explorando os limites da Filologia Digital

The dematerialized text: exploring
the limits of Digital Philology

Ana Paula Banza 

Universidade de Évora, Portugal
E-mail: anabanza@uevora.pt

Resumo

O presente artigo discute, a partir do trabalho que vem sendo desenvolvido no âmbito do projecto *Arquivo Digital e Análise Assistida da História do Futuro* (HdoFARq.), as vantagens e os limites da desmaterialização do texto em meio digital.

Analisa-se, em concreto, o caso da obra do Padre António Vieira *História do Futuro*, demonstrando como o conjunto textual que tem sido editado como quatro obras diferentes, com tempos e circunstâncias de produção diferentes, é, afinal, conceptualmente, uma única Obra, inacabada. Assim, a totalidade do que foi escrito pelo Autor não é captada em nenhuma das obras físicas editadas, mas é captável no paradigma digital, graças à desmaterialização do texto, que permite juntar estes materiais e reconstruir “arqueologicamente” a Obra, a partir do seu Plano.

A partir deste caso, que acarreta uma abordagem específica do conceito de desmaterialização/descorporificação (PAIXÃO DE SOUSA, 2013 a e b) e do próprio conceito de texto, discutem-se as vantagens e limites da Filologia Digital.

Palavras-chave

Filologia digital, Texto, Edição, História do Futuro, António Vieira.

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editoras Convidadas

Maria Clara Paixão
de Sousa
Vanessa Martins
do Monte

Dossiê

“Humanidades Digitais”

Recebido: 09/04/2022

Aceito: 01/06/2023

Como citar:

BANZA, Ana Paula. O texto desmaterializado: explorando os limites da Filologia Digital. Revista LaborHistórico, v.9, n.1, e51304, 2023. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v9i1>

Abstract

This paper discusses, based on the work being developed within the scope of the *Digital Archive and Assisted Analysis of the History of the Future* (HdoFARq.) project, the advantages and limits of the dematerialization of text in digital media.

Specifically, the case of the Work of Father António Vieira *História do Futuro* is analyzed, demonstrating how the textual set that has been edited as four different works, with different times and circumstances of production, is, after all, conceptually, a single Work, unfinished. So, the totality of what was written by the Author is not captured in any of the physical works edited, but is catchable in the digital paradigm, thanks to the dematerialization of the text, which allows these materials to be put together and “archaeologically” rebuild the Work, from its plan.

From this case, which entails a specific approach to the concept of dematerialization/disembodiment (PAIXÃO DE SOUSA, 2013 a and b) and the concept of text itself, the advantages and limits of Digital Philology are discussed.

Keywords

Digital Philology, Text, Editing, *História do Futuro*, António Vieira.

Introdução

A Obra *História do Futuro*, do Padre António Vieira, é uma obra fragmentária e incompleta, cuja génese coloca peculiares problemas filológicos. Trata-se, nada menos, que da Obra que Vieira considerava o seu *opus magnum*, a Obra pela qual queria ficar para a posteridade como escritor. No entanto, vicissitudes várias fizeram com que dela, além do Plano, pouco tenha chegado até nós do que Vieira escreveu inequivocamente para a *História do Futuro*. Ainda assim, além destes, entre os seus papéis, encontram-se outros, ainda menos elaborados e menos organizados, mas que se destinariam também a integrar a Obra e, por outro lado, a defesa de Vieira perante a Inquisição acaba por resumir e completar todos os tópicos previstos para a grande Obra que nunca passou dos alicerces.

A reconstrução “arqueológica” do que deveria ter sido a *História do Futuro* a partir de todos os materiais disponíveis sobre o tema, o Quinto Império, é o principal objectivo do Projecto *Arquivo Digital e Análise Assistida da História do Futuro* (HdoFARq.), organizando os papéis dispersos e oferecendo ao leitor uma visão inédita da Obra, tão próxima quanto possível do que deveria ter sido a sua versão final, se não na forma, pelo menos no conteúdo.

No presente artigo, apresentam-se, numa primeira secção, os papéis que integram a esfera conceptual da Obra e que têm sido editados como 4 obras diferentes, justificando-se a opção pela sua consideração como um todo conceptual.

Na segunda secção, apresenta-se o projecto de construção de um Arquivo Digital da Obra *História do Futuro*, demonstrando-se como, num plano horizontal, são apresentadas todas as variantes de cada fragmento, enquanto, num plano vertical, o leitor poderá seguir os fragmentos disponíveis, independentemente da sua origem e grau de elaboração, organizados em função do Plano da Obra.

Finalmente, na última secção, questionam-se as vantagens e eventuais limites da abordagem adoptada neste projecto, que, baseando-se na descorporificação/desmaterialização do texto em meio digital, rompe com os conceitos mais tradicionais de edição e de texto, herdados do paradigma escrito/impresso.

Os papéis da *História do Futuro*: a Obra e as suas edições

Vieira lança no papel as primeiras linhas da Obra *História do Futuro* em 1649. No entanto, interrompê-la-ia no final da segunda página, retomando-a apenas 15 anos depois, rasurando a data, emendando-a para 1664 e prosseguindo o que escrevera 15 anos antes. Se mais não houvera, este facto seria suficiente para se perceber o carácter muito particular da génese da *História do Futuro*, fazendo prever significativos dilemas filológicos e editoriais. Acresce, no entanto, que a Obra, prevista para 7 volumes, era um tratado escatológico, sobre o futuro da Humanidade e o papel de Portugal nesse futuro, prevendo-se nela, com base em profecias de carácter e valor muito heterogéneos (de Bandarra, o sapateiro de Trancoso, a reputados sábios, como S. Frei Gil), que os grandes eventos do fim do mundo estariam para breve, mais concretamente, deveriam suceder em 1666. Assim, ao retomar a escrita, em 1664, Vieira não tinha já muito tempo para escrever e divulgar a Obra, antes que os acontecimentos sobreviessem, retirando-lhe o carácter profético que o título anunciava. Além do mais, as ideias nela expostas e defendidas eram pouco ortodoxas, bem como muitos dos autores que as sustentavam (*e.g.* Bandarra), sendo, por isso, suspeita à Inquisição, que, em 1663, aproveitando a perda de protecção real de Vieira, resultante do afastamento do poder da Rainha viúva, em 1662¹, abriu um Processo contra Vieira que, em 1665, culminaria na sua prisão.

¹ Vieira gozou sempre da protecção de D. João IV e, mesmo depois da sua morte, em 1656, na regência de D. Luísa de Gusmão, manteve essa protecção, que só terminaria com o golpe de estado de 1662, que elevou ao poder D. Afonso VI. Este, ao contrário dos pais e do Príncipe herdeiro D. Teodósio, seu irmão, entretanto falecido (em 1653), não era afeiçoado a Vieira e, pelo contrário, era influenciado pelos inimigos do Jesuíta.

Assim, terá sido entre 1664 e 1665 que Vieira redigiu os papéis mais organizados que chegaram até nós da *História do Futuro*, incluindo os primeiros 12 capítulos do *Livro Antepimeiro*. No entanto, embora tal não seja consensual², é plausível que, ao longo dos 15 anos de interregno entre as primeiras páginas e a retoma da redacção, apesar da vida agitada e aventureira, primeiro nas cortes europeias, como político e diplomata ao serviço de D. João IV, até 1651, e, depois, no Brasil, como missionário, até 1661, Vieira tenha ido escrevendo, sob a forma de notas e apontamentos, mais ou menos elaborados, e, possivelmente, pensando a Obra, que, uma vez de regresso a Lisboa, afastado das missões e da corte, teria, finalmente, condições de retomar. Destas notas e apontamentos, alguns terão sido organizados e integrados na Obra retomada em 1664; outros, porém, por se destinarem a capítulos/livros mais avançados, terão permanecido na forma original, fragmentária e dispersa.

Todo este material, das partes mais elaboradas aos fragmentos mais dispersos, seria apreendido pela Inquisição na altura da prisão de Vieira e permanece apenso ao seu Processo (Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 1664 e 1664-1), com excepção dos 12 capítulos iniciais do *Livro Antepimeiro...*, redigidos pouco antes da prisão e enviados, entretanto, para a corte (Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, Códice nº 382).

Com a prisão e a chegada do ano fatídico de 1666, a Obra, como Vieira a pensara, na sequência da vitoriosa Restauração da Independência de Portugal, deixava, naturalmente, de ser possível e é então que, entre 1665 e 1666, na solidão do cárcere, privado de qualquer apoio bibliográfico, Vieira redige a sua defesa, a *Representação...*, como defesa da *História do Futuro*, por cujas ideias era acusado. Nestas circunstâncias, a *Representação...* acaba por ser uma espécie de compêndio da *História do Futuro*, onde Vieira expõe/explica, não apenas as matérias já desenvolvidas, mas também as que pretendia desenvolver, de acordo com o Plano estabelecido para a Obra (cf. Anexo). Tal como os fragmentos da *História do Futuro*, a *Representação...* está arquivada no Processo inquisitorial de Vieira.

Entretanto, apesar de nenhum destes conjuntos textuais, no estado em que ficaram, ter sido explicitamente destinado pelo Autor à publicação e apenas a *Representação...* ter sido concluída, praticamente todos eles, com excepção de alguns fragmentos sem ligação evidente com os restantes, mas que poderão, ainda assim, fazer parte dos apontamentos e notas de Vieira para a *História do Futuro*, foram publicados.

Os 12 capítulos do *Livro Antepimeiro...*, a que Vieira deu forma definitiva antes de os enviar para a corte, apesar de constituírem apenas um “retalho”³ do volume

² Cf. Banza, 2008, I, p. XXV e nota 31.

³ Cf. a Carta LXXIII, de 23 de Março de 1665, a D. Rodrigo de Meneses: “...supus que V. Sa haveria por bem que eu cortasse este pequeno retalho da peça, para que o principal comprador julgasse se lhe servia ou o servia. Por esta causa fiz eleição daqueles capítulos mais capazes, por

que deveria servir de introdução à Obra, foram revistos e organizados pelo Autor e escaparam, como acima referimos, ao confisco da Inquisição, tendo sido publicados logo em 1718, com várias reedições e, muito mais tarde, por Besselaar, numa esmerada edição crítica (1976, 1983). Neste caso, apesar de se tratar de um excerto de uma obra inacabada, o texto foi revisto e enviado para a corte, para apreciação, pelo Autor, o que acautela, por um lado, a unicidade do “retalho” e, por outro, a intenção autoral.

No caso da *Representação...* Vieira concluiu a obra, enquanto peça processual de defesa, a entregar aos Inquisidores. O texto ficou, conforme referido, apenso ao processo do réu e é perfeitamente identificável, quer no que diz respeito à unicidade (uma vez que se trata de uma obra completa) quer no que diz respeito à intenção autoral. Esta obra seria publicada, como defesa de Vieira perante o Tribunal da Inquisição, primeiro por Hernâni Cidade (1957) e, mais tarde, em edição crítica, por Banza (2008).

Se, nestes casos, os papéis editados oferecem uma relativa segurança aos editores, por terem sido entregues pelo Autor aos seus destinatários; logo, correspondendo à “última intenção” do autor, o mesmo não se pode dizer dos papéis confiscados pela Inquisição em 1665, aos quais Vieira não pôde deitar a última mão. Destes, Lúcio de Azevedo publicou, em 1918, os mais organizados e claramente escritos para a *História do Futuro*, pertencentes, sobretudo, aos Livros I e II. Neste caso, o editor publicou um manuscrito que, ainda que inacabado, fragmentário e sem uma última organização e revisão autoral, oferecia uma unidade temática evidente.

No entanto, o próprio Lúcio de Azevedo reconhece que “dispersos entre os restantes papéis se encontram fragmentos, muito plausivelmente para entrarem a seu tempo nesta mesma obra, mas que por não terem ligação imediata com estes capítulos deixam de se transcrever”⁴. Estes fragmentos, mais desorganizados e problemáticos, seriam publicados muito mais tarde, em 1994, por Adma Muhana, sob o título de *Apologia das coisas profetizadas*, como pertencentes a uma obra diferente, visão que não acompanhamos, concordando com Lúcio de Azevedo em que pelo menos a maior parte destes papéis seriam, de facto, notas/apontamentos menos burilados para a *História do Futuro*, escritos para capítulos/livros mais adiantados, nomeadamente para os Livros III e IV, além de um fragmento para o Livro I (cf. Quadro 1) e quatro fragmentos para o capítulo sessenta do *Livro Antepimeiro...* (cf. Quadro 2)⁵.

sua matéria, de aceitação de S. M., ainda que a obra toda vem a ser sua;”. AZEVEDO, Lúcio de (Ed.). *Cartas*. Lisboa: IN-CM, vol. II, p. 143.

⁴ Cf. a nota (b) de Lúcio de Azevedo, em Sérgio e Cidade, 1953, p. 160.

⁵ Cf. Banza, 2000, I, pp. 50 e seguintes.

Neste caso, a editora escolheu os papéis e conferiu-lhes uma organização e uma intencionalidade que, a nosso ver, não se sustentam nas evidências disponíveis.

Quadro 1. Localização dos fragmentos da Apologia... no Plano da História do Futuro

Apologia...	História do Futuro
<ul style="list-style-type: none"> • Consequência 5ª: (...com a destruição do império otomano se há-de levantar no mundo um novo império...A primeira... profecia que temos deste império é de Daniel...). 	Livro I – Questão 4ª: Se no cap. 1 de Daniel é significado o império do Anticristo na figura do chamado <i>cornu parvulum</i> ? Ou o do Anticristo ou o do Turco?
<ul style="list-style-type: none"> • Parte 3ª: (grandezas e felicidades da 5ª monarquia...extensão). • Disse Santo Agostinho: grandeza e felicidades da 5ª monarquia...extensão). • Duração do 5º império. • Quem foram os Milenários e quais seus erros. 	Livro III – Questão 4ª: Quanta haja de ser a grandeza do império de Cristo no dito estado.
<ul style="list-style-type: none"> • Primeira consequência em que se confirma dizer Bandarra que todas as seitas do mundo se hão-de fazer cristãs. 	Livro IV – Questão 1ª: Se o 1º meio da conservação do dito estado seja a conversão universal de todos os homens à fé de Cristo e a extirpação de todas as heresias do mundo.
<ul style="list-style-type: none"> • Trata-se a 2ª consequência e prova-se a conversão dos judeus. 	Livro IV – Questão 5ª: Como se prova em especial a conversão dos judeus e a extirpação do judaísmo.
<ul style="list-style-type: none"> • Tira-se 4ª consequência: mostra-se como os 10 tribos hão-de aparecer no mundo convertidos à fé de Cristo. 	Livro IV – Questão 6ª: Se nesta conversão dos judeus hão-de entrar também os 10 tribos perdidos.

Fonte: Banza (2013, anexo 2).

Quadro 2. Localização dos fragmentos da Apologia... no Livro Antepimeiro...

Apologia...	Livro Antepimeiro...
<ul style="list-style-type: none"> • Quando S. Paulo em Atenas: (Mostra-se que Bandarra foi profeta..). • Prova-se directamente que Bandarra escreveu com verdadeiro espírito de profecia. • Responde-se às dúvidas e argumentos em contrário. • Prova-se...haverem-se de cumprir todas as coisas que nos escritos de Bandarra estão preditas. 	Capítulo 60 (apenas projectado, dedicado ao espírito profético de Bandarra).

Fonte: Banza (2013, anexo 3).

Além da evidência temática referida, a consideração do *modus scribendi* de Vieira torna a hipótese de Lúcio de Azevedo, corroborada por nós, extremamente plausível. O próprio autor reconhece escrever “a pedaços”, considerando tal prática comum entre os “compositores de livros”:

...os cadernos de apontamentos...quando os escrevera ainda não estava resoluto no que havia de dizer ou de seguir, sendo somente lançados a pedaços naqueles cadernos o que estudava ou me ocorria informe ou irresolutamente sem a última eleição, assim como fazem todos os compositores de livros, os quais, depois de toda a matéria estudada e junta, e depois de mui ponderadas e examinadas as dificuldades, então resolvem no que absolutamente hão-de dizer, e, conforme a dita resolução, ou moderam ou ampliam ou mudam, prosseguem ou tiram ou acrescentam, e muitas vezes riscam e retratam as mesmas conclusões que determinavam seguir, não havendo cousa alguma tão exactamente escrita no primeiro correr da pena, que não tenha sempre que emendar (SÉRGIO E CIDADE, 1952, pp. 108-109).

Este *modus scribendi* é verificável sobretudo no caso da *Representação...*, em que, entre a versão de rascunho (manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal, BN) e a versão final, entregue aos Inquisidores (Manuscrito da Torre do Tombo, TT) são visíveis inúmeros acrescentos, supressões e alterações.

Assim, os papéis que consideramos conceptualmente pertencentes à *História do Futuro* organizam-se em quatro conjuntos distintos/distinguíveis, em diferentes aspectos, e que, como tal, têm sido editados separadamente como obras distintas.

O projecto *Arquivo Digital e Análise Assistida da História do Futuro* (HdoFARq.)

O projecto *Arquivo Digital e Análise Assistida da História do Futuro* (HdoFARq.) parte, pois, do princípio (cf. Banza, 2001, 2008) de que a Obra *História do Futuro*, de António Vieira, integra na sua esfera conceptual, além dos fragmentos físicos que têm sido editados sob o título de *História do Futuro e Livro Antepimeiro da História do Futuro*, também a *Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que se trata* (dividida em duas partes), bem como a maior parte dos fragmentos publicados sob o título de *Apologia das coisas profetizadas*, além de alguns fragmentos inéditos, que, no paradigma impresso, têm sido considerados de forma autónoma, mas que, na verdade, dialogam entre si e, ainda que fisicamente distintos, encaixam no Plano traçado por Vieira para a grande Obra, que chegou até nós.

Assim, é objectivo do HdoFARq. disponibilizar de forma acessível e permitir ver no seu conjunto estes textos, da maior relevância no âmbito da Língua, Literatura e Cultura Portuguesas do séc. XVII, o que é impossível no paradigma impresso, quer pela extensão, quer pelo carácter fragmentário, quer ainda pela necessidade de tornar visível a complexa rede de relações entre os textos, algo só possível em ambiente hipertextual.

Desta forma, além da divulgação, o meio digital poderá permitir uma nova e relevante leitura destes textos. Nomeadamente, ao compará-los e colocá-los no lugar que lhes era reservado no Plano da Obra, torna-se possível, antes de mais, perceber relações que a separação em diferentes edições impressas não permite captar, mas também apreender na sua quase totalidade o pensamento de Vieira sobre a matéria da *História do Futuro* entre a época da Restauração (1640) e a sua condenação pela Inquisição (1667). Finalmente, torna-se também visível o *modus scribendi* de Vieira enquanto “compositor de livros” (SÉRGIO E CIDADE, 1952, pp. 108). Assim, o arquivo deverá conter todos os textos conceptualmente pertencentes à Obra *História do Futuro*, independentemente do seu grau e circunstâncias de elaboração, permitindo a sua leitura e análise dentro do Plano estabelecido pelo autor e a comparação das diferentes peças textuais, revelando a reutilização de ideias e textos ao longo das diferentes fases de elaboração.

Por outro lado, graças à integração de diversas ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), o Arquivo permitirá o uso dos textos para finalidades de investigação em diversos domínios – essencialmente os domínios linguístico-filológico e digital, mas também o literário e o histórico-cultural, uma vez que os textos serão anotados e comentados nas suas diferentes vertentes – em acesso aberto, com licenças *Creative Commons*, o que proporcionará uma nova forma de ler e estudar esta Obra de Vieira, com impacto muito significativo junto dos leitores e investigadores, bem como no ensino, em diferentes níveis e modelos.

Princípios estruturais do Arquivo

O objectivo do Arquivo da *História do Futuro* (HdoF) é estruturar os fragmentos da obra do Padre António Vieira de modo a facilitar a sua interacção, promover a integração de ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN) e suportar a categorização e comentário dos conteúdos da HdoF. [...] Assim, é central fornecer mecanismos de ligação entre as diferentes partes de reescrita da HdoF, facilitando a sua identificação e comparação. Enquanto paradigma global de interacção com o arquivo HdoF, pretende-se adicionar mecanismos de navegação horizontal, entre as partes reescritas da HdoF, ao mecanismo usual de navegação vertical na obra. A interacção deve permitir, em qualquer momento, durante a leitura da HdoF, a possibilidade de ler e analisar todas as reescritas efetuadas pelo Padre António Vieira do fragmento em foco. Esta estrutura combinatória deve, contudo, preservar a ideia de uma obra, uma estrutura vertical, promovendo, não obstante, a combinação de reescritas⁶. (BANZA; SILVA; RODRIGUES, 2022, p. 30).

⁶ Sublinhado nosso.

Esta estrutura, simultaneamente horizontal (reescrita) e vertical (progressão no plano da Obra) porá em diálogo, por um lado, no plano horizontal, diferentes versões de uma obra, no caso das reescritas entre o rascunho (ms. BN) e a cópia a limpo (ms. TT) da *Representação...* (Quadro 3) e reescritas entre obras, nomeadamente entre a *História do Futuro* (e a *Apologia...*) e a *Representação...* (Quadro 4); por outro, no plano vertical, os textos/fragmentos disponíveis, pertencentes a diferentes obras, serão organizados, não em função da sua organização interna, mas, sim, em função do Plano da Obra *História do Futuro* (Quadro 5), tomando como base os fragmentos da *História do Futuro* e do seu *Livro Antepreimeiro* e preenchendo as lacunas com recurso ao texto da *Representação...* e aos fragmentos da *Apologia*.

No caso das reescritas entre a versão de rascunho (ms. BN) e a cópia a limpo (ms. TT) da *Representação...*, são visíveis, além de alterações estruturais, envolvendo acrescentos, supressões e trocas, por vezes de grande extensão, e de alterações linguísticas e estilísticas, que revelam Vieira como escritor e como cultor da língua portuguesa, também alterações de conteúdo, entre as quais avultam as que configuram claramente um exercício de auto-censura do Autor na versão final, cujos destinatários eram os Inquisidores, revelando-o como réu do temível Tribunal. Estas alterações serão visíveis numa navegação horizontal no Arquivo.

Nestes casos, o processo de auto-censura revela-se essencialmente na moderação de afirmações ou, de forma mais radical, na omissão de palavras ou expressões potencialmente perigosas na condição de réu do Tribunal da Inquisição.

Quadro 3. Exemplos de reescrita motivada por auto-censura, entre o manuscrito de rascunho (BN) e o manuscrito da cópia a limpo (TT) da *Representação...*

Representação...: Ms. BN	Representação...: Ms. TT
...a inconfidência da Marquesa e a deslealdade de seus filhos...	...a inconfidência da Marqueza & seus filhos...
...que bastava às predições deBandarra e à verdade de serem suas...	...que bastava às prediçãoens & à verdade de serem suas...
...imprimindo-se muitas <las ditas declarações e pregando-se...	...imprimindose muitas <las ditas interpretaçoens & pregandose...
...interpretando o Bandarra, e concordando na interpretação dele , esendo tantos...	...interpretando o Bandarra & concordando em que suas predicçoensestão cumpridas & sendo tantos...
...ainda que têm esta opinião...	...ainda que tenhão esta opinião...
...outros oráculos menos aprovados ou menos experimentados...	...outros oráculos menos provados & menos experimentados...
...foi e se deve chamar verdadeiro Profeta...	...foy & se pode chamar verdadeiro profeta...
Os fundamentos que tive...	Os motivos que tive...
Abulense e os demaís...	Abulense & outros...
...o Bandarra foi e se deve chamar verdadeiro Profeta...	... Bandarra foy & se pode chamar verdadeiro profeta...

Quadro 3. Cont.

Representação...: Ms. BN	Representação...: Ms. TT
...Bandarra foi e se deve chamar verdadeiro Profeta...	...Bandarra foy & se pode chamar verdadeiro profeta...
...se colhe claramente que foram deste modo , porque...	...se colhe claramente que forão deste modo, ao menos algumas dellas , porque...
...que tudo o que escreveu foi por inspiração divina...	...que escreveo por inspiração divina...

Fonte: Banza (2001, p. 68 - adaptado).

As reescritas entre obras, como a que se ilustra no quadro 4, entre um fragmento da *Apologia...* e a *Representação...*, também acessíveis ao leitor numa navegação horizontal, revelam, sobretudo, a identidade (similaridade semântica) das obras que constituem o Arquivo e o *modus scribendi* do Autor.

Quadro 4. Exemplo de reescrita entre obras.

Apologia...	Representação...
<p>E se este crédito se concede tão facilmente a mulheres de espírito, posto que pareça bom ainda não provado, por que se ha de negar a um homem depois de tantas e tão qualificadas provas, sendo o sexo feminino por sua natural fraqueza, ou vaidade tão sujeito a enganar, como <a> ser enganado? A primeira mulher que houve no mundo foi a primeira ilusa e a primeira que teve pacto com o demónio, e a primeira que enganou ao homem mais sábio, tudo debaixo de espécie de divindades ... E até os Apóstolos que ouviram a relação [do que tinham visto] as Marias, o que tiraram dela foram receios, e não esperanças; e assim disseram os que iam para Emaús: <i>mulieres nostrae terruerunt nos, dicentes se visionem Angelorum vidisse</i>: e o que não creram a três mulheres pelo serem (ainda que santas), creram logo a um só homem [ainda que] na mesma noite tinha negado três vezes a Cristo: <i>Surrexit Dominus vere et apparuit Simoni</i>⁷.</p>	<p>...nas Profecias, visões e revelações de mulheres, se [deve] proceder com muito maior cautela, pela fraqueza daquele sexo, e vaidade dele. A 1ª mulher que houve no mundo foi a 1ª ilusa, e a primeira a quem o Demónio enganou com promessa de futuros falsos. Os discípulos de Emaús, referindo a visão que tiveram as Marias no sepulcro, disseram: <i>Mulieres nostris terruerunt nos, dicentes, visionem Angelorum vidisse</i>, como refere S. Lucas, no capítulo 24; e no mesmo capítulo se diz: <i>Surrexit Dominus vere et apparuit Simoni</i>. De maneira que mais crédito deram a um só homem que três dias antes tinha negado três vezes a Cristo, que a três mulheres santas, devotas e constantes, que o tinham acompanhado na cruz e buscado na sepultura⁸.</p>

Fonte: Banza (2001, I, p. 158).

No plano vertical, o leitor pode acompanhar a progressão da Obra, composta em função do seu Plano, com recurso às diferentes obras. Conforme exemplificado no quadro 5, o plano vertical organiza sequencialmente os fragmentos das várias obras.

⁷ Apologia.... fl. 1v . Muhana 1994, p. 5.

⁸ *Representação...* § 235. Banza 2008, tomo I, p. 145.

Por exemplo, no caso do Livro II, a matéria redigida para este livro, sobre o Quinto Império, encontra-se, quanto à matéria das questões 1 a 3, na *História do Futuro*, mas também na *Representação...*, sendo a reescrita entre as duas obras (bem como as eventuais reescritas entre os manuscritos BN e TT da *Representação...*) visível na navegação horizontal; quanto às restantes questões, 4 a 13, apenas na *Representação...*, restringindo-se, neste caso, a navegação horizontal apenas às eventuais reescritas entre os manuscritos BN e TT.

Quadro 5. Exemplo da reconstrução “arqueológica” do Livro II da Obra *História do Futuro*.

Plano da Obra HdoF	História do Futuro	Representação
Livro II - Definição do V Império e declaração dele. Questões 1-3.	Livro II - Em que se mostra que Império há-de ser este. Caps. I-VII.	Representação Segunda, dos fundamentos e motivos que tive para me parecer provável o que tratava de escrever acerca do Quinto Império. Questões 3-6.
Livro II - Definição do V Império e declaração dele. Questões 4-13	—	Representação Segunda, dos fundamentos e motivos que tive para me parecer provável o que tratava de escrever acerca do Quinto Império. Questões 6-13.

Fonte: elaboração própria.

Embora a navegação horizontal entre reescritas constitua algo só possível em ambiente hipertextual, o HdoF_{Arq.} inova sobretudo pelo carácter de reconstrução “arqueológica” da navegação vertical proposta entre diferentes obras, na medida em que leva ao seu limite o conceito de “descorporificação” do texto enquanto possibilidade de “desvinculação entre o texto lógico e o seu suporte material” (PAIXÃO DE SOUSA, 2013b, p. 127), com o objectivo de fornecer uma leitura nova e mais completa da Obra em meio digital.

Graças ao carácter fluído e imaterial do meio digital, torna-se possível ultrapassar as fronteiras que tradicionalmente delimitam o que se entende por edição e, sobretudo, por texto, respondendo a uma necessidade específica, criada por um texto específico, com uma génese específica; o que constitui, inequivocamente, uma vantagem do paradigma digital face ao paradigma impresso. Importa, no entanto, questionar os limites desta abordagem, nomeadamente no que diz respeito aos conceitos de edição e de texto.

Da materialidade do paradigma impresso à desmaterialização do paradigma digital: vantagens e limites

As abordagens genéticas de textos modernos, na segunda metade do séc. XX, trouxeram à luz e colocaram em diálogo notas, esboços, versões transitórias, cópias a limpo, texto definitivo, fragmentos e textos completos pertencentes a uma mesma obra, que passa a assumir-se como múltipla, variável. Neste processo, o meio digital foi fundamental, na medida em que o diálogo que, nas edições genéticas, se estabelece entre diferentes testemunhos de um mesmo processo de génese é fundamentalmente incompatível com a linearidade do paradigma impresso. O hipertexto é precisamente, na sua forma mais básica, o texto liberto da linearidade do manuscrito e do impresso.

No séc. XXI, os mais recentes desenvolvimentos do meio digital, em diálogo com a Filologia, vieram permitir uma separação entre as dimensões física (material) e conceptual (conceito ou ideia subjacente) dos textos que leva mais além os conceitos de multiplicidade e variabilidade em matéria textual. Não se trata já, apenas, de dar visibilidade a diferentes versões sucessivas ou outros materiais correspondentes a diferentes etapas genéticas de um mesmo texto (Mackenzie, 2005), mas, sim, de explorar as possibilidades que o digital traz de propor, por exemplo, “reconstruções arqueológicas” de obras fragmentárias e incompletas, como é o caso da *História do Futuro*, com base na identificação de uma unidade conceptual (um mesmo conceito ou ideia subjacente) que pode sobrepor-se a distintas identidades materiais e, inclusive, a diferentes temporalidades históricas.

As vantagens deste tipo de reconstrução filológica, só possível no paradigma digital, são, aparentemente, evidentes, na medida em que a reunião de peças textuais dispersas permite trazer à luz o pensamento do autor sobre as matérias em causa de uma forma tão completa quanto possível; mas poder-se-á objectar com problemas, de ordem teórica e metodológica, que podem pôr em causa a validade/aceitabilidade de uma reconstrução como a que é proposta no projecto *Arquivo Digital e Análise Assistida da História do Futuro* (HdoFARq.), que junta na mesma “Obra” conceptual, reunida no Arquivo, diferentes textos mais ou menos organizados e fragmentos com diferentes níveis de elaboração, produzidos em diferentes momentos históricos e, inclusive, com diferentes intencionalidades e para diferentes públicos. Por outras palavras, poder-se-á perguntar se não estaremos a usar o potencial tecnológico do digital na construção de uma espécie de “texto Frankenstein”, ultrapassando limites teóricos, metodológicos e, eventualmente, até éticos, da Filologia?

Na verdade, o texto “compósito” não é uma novidade, uma vez que o método de Lachmann (Karl Lachmann, 1850)⁹, que dominou a crítica textual tradicional

⁹ Cf. a edição da *Vie de Saint Alexis* (1872), de Gaston Paris.

durante cerca de um século, o pressupunha, sendo o original “reconstruído” oferecido ao leitor um texto que nunca existiu realmente.

Por outro lado, nos textos modernos, a consideração das “variantes de autor” e de elementos genéticos, como notas, rascunhos, etc, não destinados pelo autor ao público, levantou também questões que, não obstante, foram assumidas e ultrapassadas nas edições de natureza genética (genéticas e crítico-genéticas).

Ainda assim, o caso da *História do Futuro* e a proposta de constituição de um Arquivo da Obra conceptual traz desafios inéditos, que acarretam novas questões. Não se trata aqui de reconstruir um “original perdido”, mas, antes, de reconstruir um original que nunca chegou a existir, a partir de um conjunto de textos/fragmentos fisicamente distintos, de diferentes naturezas, correspondentes a fases diferentes de um processo de elaboração que nunca chegou ao seu termo. Acresce que, embora nenhum dos textos/fragmentos identificados na “*recensio*” como pertencendo à Obra tenha sido publicado por Vieira e apenas um deles tenha sido terminado e entregue aos seus destinatários – a *Representação...*, redigida em cativo, como defesa, entre 1665 e 1666 e entregue aos Inquisidores em 1666 – todos foram, ao longo do tempo, publicados, por diferentes editores, como textos diferentes, com títulos diferentes: *Livro Antepimeiro da História do Futuro* (1718, 1953, 1976, 1983), *História do Futuro* (1918, 1953), *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício* (1957, 2008), *Apologia das coisas profetizadas* (1994). Neste contexto, as edições tiveram como efeito perverso consolidar, sob a forma de diferentes livros, os textos/fragmentos manuscritos e, em particular no caso da *Apologia...*, criar, inclusive, uma “obra” que nenhuma evidência demonstra ter alguma vez existido, sequer conceptualmente, tendo os fragmentos em causa sido escolhidos, organizados e intitulados pela editora, sem qualquer intervenção do Autor.

Assim, o carácter inovador do projecto *Arquivo Digital e Análise Assistida da História do Futuro* (AdoFARq.) não reside tanto no facto de que o objecto a oferecer ao leitor será um texto “compósito”, resultante da organização de diferentes textos/fragmentos, ou na visão do texto como um objecto “múltiplo”, que integra elementos não destinados pelo autor ao público; mas, sim, no facto de o objecto a oferecer ao público ser um objecto “desmaterializado”, “descorporificado”, numa acepção que leva mais longe a de Paixão de Sousa (2013a e b). Segundo a autora, “a lógica da difusão digital tem [...] como característica central [...] a desvinculação entre o texto lógico e seu suporte material. [...] Ela permite que um “texto” apareça como infinitos textos, de infinitas formas, em infinitos outros espaços, em infinitos tempos.” (PAIXÃO DE SOUSA, 2013b, p. 129). No HdoFARq., demonstra-se que o contrário também é possível no meio digital: infinitos textos, de infinitas formas, em infinitos outros espaços, em infinitos tempos, podem aparecer como um “texto”, enquanto unidade de sentido.

O conceito de texto, como é sabido, é complexo, comportando múltiplos sentidos e, no paradigma impresso, “a codicologia e (particularmente) a bibliografia material [...] à pergunta “o que é um texto?”, elas praticamente responderam: “não sabemos; mas é algo que se materializa nesse documento que você pode segurar nas suas mãos¹⁰” (PAIXÃO DE SOUSA, 2013a, p. 20). Conforme referido por MUCCI (2009),

...se o texto, mormente o texto literário, deve sempre reinventar o seu próprio cânone, cumpre buscar possíveis definições do que seja “texto”, signo que perambula, solene e interdisciplinarmente, por campos vários do saber, como a filologia, a filosofia, a filosofia da linguagem, a didática, a lingüística, a semiologia, a semiótica, a psicologia, a teologia, as ciências jurídicas e históricas, a teoria literária, a crítica textual, onde se imbricam sentidos, engendrando outros sentidos. Muito grosso modo, o termo “texto”, derivado do étimo latino *textus*, que produz a significação de “tecido”, é usado para referir algo que pode ser lido para fazer sentido¹¹.

Assim, na sua acepção mais básica, de unidade de sentido, o texto não conhece limitações físicas. Estas derivam, na verdade, das limitações do paradigma impresso, que aprisionam o texto nos limites materiais do livro, linear e unidimensional. Por sua vez, a edição, no sentido convencional, nascida no seio deste paradigma, reproduz e reforça limites que, na verdade, não caracterizam o texto e, sim, o seu suporte material. Não só desde o aparecimento da imprensa, mas desde os primórdios da escrita, o condicionalismo de um suporte material tem imposto ao texto escrito uma materialidade castradora que identifica o texto com o seu suporte, impedindo ou dificultando, por efeito perverso desta ligação umbilical, a identificação de unidades de sentido que ultrapassam os limites formais do suporte, associados também a circunstâncias específicas de espaço e tempo. O digital vem, pois, libertar o texto de uma materialidade que não lhe é inerente, mas, sim, apenas circunstancial. O texto digital, ainda que tendo a sua própria “materialidade”, é, de facto, algo que não se pode segurar nas nossas mãos (PAIXÃO DE SOUSA 2013^a, p. 22) e isso faz toda a diferença.

Assim, o AdoFArq. é inovador sobretudo do ponto de vista teórico e metodológico, na medida em que força os limites da “descorporificação”, usando a fluidez do meio digital como um meio onde, por oposição ao paradigma impresso, a unidade conceptual das ideias pode prevalecer sobre a diversidade material de formas, espaços e tempos do texto manuscrito ou impresso.

¹⁰ Sublinhado nosso.

¹¹ Sublinhado nosso.

Considerações finais

Do que Vieira pensou, de forma completa, estruturada, o “edifício, que só estava delineado no pensamento” (*Representação...*, ms. BN, fl. 120r), chegaram até nós, além do Plano, fragmentos físicos dispersos, incompletos e pouco estruturados. Porém, estes “fundamentos toscos e rudes” (*idem, ibidem*) permitem reconstruir, ainda que apenas parcialmente, não o que a Obra foi, mas o que poderia/deveria ter sido: o *opus magnum* de Vieira, os “palácios altíssimos”¹², a Obra pela qual o autor queria ficar para a posteridade, como escritor. Pretende-se, assim, com o HdoFARq., dar a conhecer ao leitor uma Obra cuja realidade é essencialmente conceptual, o que só é possível porque “de fato: o texto digital não tem corpo – e essa descorporificação abre um mundo inteiramente novo para o ofício da edição filológica” (PAIXÃO de SOUSA 2013b, p. 130).

Referências bibliográficas

BANZA, Ana Paula. *A Representação de Vieira: nos bastidores da obra profética*. Tese (Doutoramento em Linguística Portuguesa: História da Língua Portuguesa). Universidade de Évora, Évora, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/5039>.

BANZA, Ana Paula. *Representação perante o Tribunal do Santo Ofício*, de Padre António Vieira. Edição crítica e estudo filológico. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2008.

BANZA, Ana Paula. O silêncio dos manuscritos: para uma edição crítica da História do Futuro, de Padre António Vieira”. In: *Actes del 26é Congrès de Lingüística i Filologia Romàniques*. Berlin: W. de Gruyter, 2013, VII, p. 19-25.

BANZA, Ana Paula; SILVA, António Rito; RODRIGUES, Irene. A edição digital da História do Futuro, de António Vieira: arquivo e ferramentas. In: *Actas da Jornada de Humanidades Digitais do CIDEHUS*. Universidade de Évora, 2022, p. 28-38. Disponível em: <https://imprensa.uevora.pt/uevora/catalog/book/32>.

BESSELAAR, José van den. *História do Futuro (Livro antepreimeiro)*. MunsterWestfalen: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1976.

BESSELAAR, José van den. *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

CIDADE, Hernâni. *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*. Bahia, 1957.

MACKENZIE, Donald Francis. *Bibliografía y sociología dos textos*. Tradução de Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

¹² Carta a Sebastião de Matos e Sousa, 1696. AZEVEDO, José Lúcio de (Ed.). *Cartas*. Lisboa: IN-CM, vol. III, p. 701.

MUCCI, Latuf Isaías. Texto. *E-Dicionário de Termos Literários*, de Carlos Ceia, 2009. Disponível em: <https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/texto>.

MUHANA, Adma. *Apologia das coisas profetizadas*. Lisboa: Cotovia, 1994.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Texto digital: Uma perspectiva material. *Revista ANPOLL* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística), 35, p.15-60, 2013a.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. A Filologia Digital em Língua Portuguesa: alguns caminhos. In: GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula (orgs.). *Património Textual e Humanidades Digitais: da Antiga à Nova Filologia*. Évora: CIDEHUS, 2013b, p. 113-138. Disponível em: <https://books.openedition.org/cidehus/1073>.

SÉRGIO, António; CIDADE, Hernâni. *Defesa do Livro intitulado “Quinto Império”*. In: *Obras escolhidas do Padre António Vieira*, VI, Lisboa: Sá da Costa, p. 97-179, 1952.

SÉRGIO, António; CIDADE, Hernâni. *História do Futuro*. In: *Obras escolhidas do Padre António Vieira*, IX, Lisboa: Sá da Costa, p. 1-160, 1953 [1918].

VIEIRA, António. *Historia do Futuro. Livro Antepimeiro*. Lisboa Occidental: Oficina de Antonio Pedrozo Galram, 1718.

Anexo: Plano da *História do Futuro*

História do futuro; Esperança de Portugal, Quinto Império do Mundo¹³

Livro Primeiro

Nome, verdade e fundamento deste Império

QUESTÃO 1ª

Se na Sagrada Escritura está revelado algum Império, que se deva chamar o V?

Resp. afirm.

QUESTÃO 2ª

Se o dito Império é diverso e totalmente distinto do IV Império do Mundo, que foi o Romano?

Resp. afirm.

QUESTÃO 3ª

Se o Império Romano há-de durar até a vinda do Anticristo?

Resp. afirm.

QUESTÃO 4ª

Se no Capítulo I de Daniel é significado o Império do Anticristo na figura do chamado *Cornu parvulum* ou o do Anticristo, ou o do Turco?

Resp. afirm.

QUESTÃO 5ª

Se na suposição que o Império Romano há-de durar até o Anticristo, pode haver no Mundo outro Império que se chame o Quinto?

Resp. afirm.

Livro Segundo

Definição do V Império e declaração dele

QUESTÃO 1ª

Que império seja este, a que chamamos o Quinto?

Resp.: Até o de Cristo.

QUESTÃO 2ª

Se o Império de Cristo, que dizemos ser o Quinto, é o Império do Céu ou da Terra?

Resp. que da Terra.

¹³ Sérgio e Cidade, 1951-54, vol. IX, pp. 161-170.

QUESTÃO 3ª

Se o Império de Cristo na Terra é espiritual ou temporal?

Resp. que é espiritual e temporal juntamente.

QUESTÃO 4ª

Se no dito império espiritual e temporal de Cristo se distingue o domínio, posse, exercício?

Resp. afirm.

QUESTÃO 5ª

Qual seja o dito domínio do Império de Cristo, e quando começou?

Resp., que é, que tem sobre todo o Mundo e sobre todos os homens, e começou desde o primeiro instante da sua encarnação.

QUESTÃO 6ª

Em que consiste a posse do dito Império?

Resp. que consiste em ser conhecido por fé e obedecido.

QUESTÃO 7ª

Quando começou, e como se continuou a dita posse?

Resp. que começou desde os primeiros que creram em Cristo, e vai continuando em todos os que têm a mesma fé.

QUESTÃO 8ª

Se teve Cristo exercício do dito Império em quanto espiritual?

Resp. afirm.

QUESTÃO 9ª

Se teve Cristo exercício do dito Império em quanto temporal?

Resp. problem.

QUESTÃO 10ª

Se tem Cristo hoje exercício do dito Império temporal e espiritual, e qual seja?

Resp. que tem o exercício, imediato não, mas o mediato.

QUESTÃO 11ª

Por que pessoa ou pessoas tem Cristo o exercício mediato do Imperio espiritual?

Resp. que pelo Sumo Pontifice e mais ministros da Igreja.

QUESTÃO 12ª

Por que pessoa ou pessoas tem Cristo o exercício mediato do Império temporal?

Resp. que pelos príncipes temporais cristãos.

QUESTÃO 13ª

Se há-de Cristo ainda ter alguma hora o exercício do dito Império, assim espiritual como temporal, por sua própria pessoa, ou se é possível?

Resp. que é possível, mas que nunca há-de ter o dito exercício pessoal.

Livro Terceiro

Grandeza e felicidades do dito Império

QUESTÃO 1ª

Se este Reino e Império de Cristo há-de continuar sempre no estado presente, ou há-de ter outro e mais perfeito?

Resp. que há-de ter outro estado mais perfeito, completo e consumado.

QUESTÃO 2ª

Como se prova este estado mais perfeito e consumado do Império de Cristo?

Resp. que pelas Escrituras, por autoridade e por razão.

QUESTÃO 3ª

Porque a opinião do dito estado não é comum de todos os Padres e Doutores?

Resp. que por muitos fundamentos.

QUESTÃO 4ª

Quanta haja de ser a grandeza do Império de Cristo no dito estado?

Resp. que universal, sobre todas as gentes e sobre todos os reinos.

QUESTÃO 5ª

Se a dita grandeza há-de ser simultânea e permanente ou sucessiva?

Resp. que simultânea e permanente.

QUESTÃO 6ª

Se hão-de ser todos cristãos no dito estado?

Resp. afirm.

QUESTÃO 7ª

Se hão-de ser todos pela maior parte justos no dito estado?

Resp. afirm.

QUESTÃO 8ª

Se há-de haver no dito estado paz universal? E em todo o Mundo?

Resp. afirm.

Livro Quarto

Causas, meios e instrumentos com que se há-de conseguir o estado consumado do dito Império

QUESTÃO 1ª

Se o primeiro meio da consumação do dito estado seja a conversão universal de todos os homens à Fé de Cristo e a extirpação de todas as heresias do mundo?

Resp. afirm.

QUESTÃO 2ª

Como se prova em especial a conversão de todos os Gentios e a extirpação da Idolatria?

Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 3ª

Como se prova em especial a conversão, a extinção do Turco, a extirpação da seita de Mafoma?

Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 4ª

Como se prova em especial a conversão de todos os hereges, e a extirpação de todas as heresias?

Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 5ª

Como se prova em especial a conversão dos Judeus e a extirpação do Judaísmo?

Resp. que pelas Escrituras e Doutores.

QUESTÃO 6ª

Se nesta conversão dos Judeus hão-de entrar também os Dez Tribos perdidos?

Resp. afirm.

QUESTÃO 7ª

Se convertidos universalmente os Judeus hão-de ser restituídos à sua Pátria?

Resp. afirm.

QUESTÃO 8ª

Se podem os Judeus licitamente esperar esta restituição mediante a Fé de Cristo?

Resp. afirm.

QUESTÃO 9ª

Se é conveniente ao bem da Igreja que a opinião da dita esperança se pratique?

Resp. afirm.

QUESTÃO 10^a

Se por meio da dita conversão universal se há-de consumir a união dos dois povos, gentílico e judaico?

Resp. afirm.

QUESTÃO 11^a

Se então se cumprirá a profecia do texto — *et erit unum ovile et pastor?* —

Resp. afirm.

QUESTÃO 12^a

Se a causa principal eficiente da dita conversão universal será o Eterno Padre?

Resp. afirm.

QUESTÃO 13^a

Se concorrerá para a dita conversão o Espírito Santo com especial e nova unção da divina graça?

Resp. afirm.

QUESTÃO 14^a

Que parte terá nesta obra a autoridade e intercessão de Cristo e da Virgem Santíssima?

Resp. que muito grande.

QUESTÃO 15^a

Se o instrumento principal humano da dita conversão será o sumo pontífice santo e muitos pregadores evangélicos?

Resp. afirm.

QUESTÃO 16^a

Se concorrerá para a dita conversão algum príncipe temporal, com a sua autoridade, o seu poder e as suas armas?

Resp. afirm.

QUESTÃO 17^a

Se este príncipe temporal será imperador e monarca universal do Mundo?

Resp. afirm.

QUESTÃO 18^a

Se o dito imperador universal se poderá chamar Vigário de Cristo no temporal?

Resp. afirm.

Livro Quinto

Tempo, duração e ordem do dito Império

QUESTÃO 1ª

Se o estado consumado do Quinto Império há-de ser antes ou depois do Anticristo?
Resp. que antes.

QUESTÃO 2ª

Qual dos dois povos se há-de converter primeiro universalmente, para a consumação do dito Império, se o gentílico, se o judaico?
Resp. que o gentílico.

QUESTÃO 3ª

Quanta seja a duração do dito Império, depois de consumado?
Resp. que até o fim do Mundo.

QUESTÃO 4ª

Quando há-de começar a dita consumação do Império de Cristo?
Resp. que na extinção do Império turco.

QUESTÃO 5ª

Se do tempo presente até o da vinda do Anticristo pode e há-de correr um grande número de séculos?
Resp. afirm.

Livro Sexto

Terra em que se há-de fundar o dito Império em quanto temporal, e qual há-de ser a cabeça dele?

QUESTÃO 1ª

Se o dito Império temporal há-de ser na Europa ou em alguma das outras quatro partes do Mundo?
Resp. que há-de ser na Europa.

QUESTÃO 2ª

Em que província da Europa se há-de fundar o dito Império temporal de Cristo?
Resp. que em Espanha.

QUESTÃO 3ª

Em que reino de Espanha se há-de fundar o dito Império?
Resp. que em Lisboa.

Livro Sétimo

Pessoa que será o primeiro Imperador instrumento temporal do dito Império

QUESTÃO 1ª

Se a dita pessoa que seja imperador será o imperador de Alemanha?

Resp. negativ.

QUESTÃO 2ª

Se a dita pessoa há-de ser El-Rei Cristianíssimo de França?

Resp. negativ.

QUESTÃO 3ª

Se a dita pessoa há-de ser El-Rei Católico de Espanha?

Resp. negativ.

QUESTÃO 4ª

Se a dita pessoa há-de ser o Sereníssimo Rei de Portugal?

Resp. afirm.

QUESTÃO 5ª

Se o Rei de Portugal há-de ser El-Rei D. Sebastião?

Resp. negativ.

QUESTÃO 6ª

Se o dito Rei de Portugal há-de ser El-Rei D. Joao IV?

Resp. problem.

QUESTÃO 7ª

Se o dito Rei de Portugal há-de ser El-Rei D. Afonso ou o Infante D. Pedro?

Responde-se:

Vejo subir um Infante

No alto de todo o lenho.

Bandarra

Estes são os livros e questões de que consta o livro intitulado *Clavis Prophetarum*¹⁴

¹⁴ “O título resulta seguramente de um equívoco do escriba que copiou o Plano. A confusão é [...] grandemente facilitada pela semelhança das matérias. Sérgio e Cidade (ob.cit., vol IX, p. 274) são de idêntica opinião” (Banza, 2001, I, p. 176, nota 114). A grande semelhança nas matérias leva-nos a encarar a obra *Clavis Prophetarum* como um derradeiro momento genético da *História do Futuro*, que terá decorrido entre pouco depois da libertação e a morte do Autor. No entanto, o facto de, neste caso, a obra ser escrita em latim e, por outro lado, representar uma evolução significativa no pensamento de Vieira sobre o Quinto Império, levam-nos a considerá-la separadamente das restantes obras que integram a esfera conceptual da História do Futuro.